



MUNICÍPIO DE MONCHIQUE  
CÂMARA MUNICIPAL

*Jose A. Martins*

ATA XVII/2019

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE  
MONCHIQUE REALIZADA EM TRÊS DE SETEMBRO DE DOIS MIL E  
DEZANOVE**

No terceiro dia de setembro de dois mil e dezanove, pelas dez horas e cinquenta e dois minutos, nos Paços do Município de Monchique, realizou-se a décima sétima reunião, ordinária, presidida por Rui Miguel da Silva André (PSD), presidente da Câmara Municipal de Monchique.-----

Estiveram presentes os vereadores Arminda de Lurdes Andrez (PSD); José Manuel Varela Sousa Chaparro (PSD); Maria Helena Albano Martiniano (PS); Humberto Marques Varela (PS).-----

Não estiveram presentes: os vereadores Paulo Jorge Duarte Alves (PS) [anexo XVII/01], e Humberto Fernandes Sérgio (PS) [anexo XVII/02], ambos por impedimentos profissionais.-----

A reunião foi secretariada por José António Afonso Martins, adjunto do presidente da Câmara.-----

Para cumprimento do disposto na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, (RJAL), Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e o n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Câmara Municipal de Monchique, foi estabelecida a ORDEM DO DIA pelo presidente da Câmara, conforme edital n.º 21/2019, de 29 AGO [anexo XVII/03], com a seguinte:-----

**ORDEM DE TRABALHOS**-----

**I. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

**1.1. Apreciação e votação das atas: n.º 4/2019, de 19 FEV; n.º 5/2019, de 06 MAR; n.º 6/2019, de 26 MAR.** -----

**1.2. Resumo diário de tesouraria.** -----

**1.3. Expediente geral e informações.** -----



MUNICÍPIO DE MONCHIQUE  
CÂMARA MUNICIPAL

1.4. Intervenções dos membros. -----

II. PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

2.1. Isenção de pagamento das despesas associadas à frequência das Férias Desportivas. Proposta n.º 55/2019. -----

III. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----

O presidente da Câmara, verificando a existência de *quorum*, declarou aberta a reunião.-----

Antes de dar entrada à ordem de trabalhos, o presidente da Câmara convidou a vereação para uma visita a diversas obras de abastecimento e saneamento em curso atualmente no concelho, a seguir à reunião. Seguidamente deu entrada ao:-----

I. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

1.1. Apreciação e votação das atas: n.º 4/2019, de 19 FEV; n.º 5/2019, de 06 MAR; n.º 6/2019, de 26 MAR. -----

O presidente da Câmara inquiriu a vereação por objeções ou comentários às atas.-----

Não tendo havido objeções ou comentários, o presidente da Câmara pôs à votação a ata:-----

n.º 4/2019, de 19 FEV: APROVADA por UNANIMIDADE. -----

Em cumprimento do n.º 3 do art.º 34.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), o vereador Humberto Varela não participou na votação desta ata.-----

n.º 5/2019, de 06 MAR: APROVADA por UNANIMIDADE.-----

Em cumprimento do preceito legal supra referido, o vereador Humberto Varela não participou na votação desta ata.-----

n.º 6/2019, de 26 MAR: APROVADA por UNANIMIDADE. -----

Em cumprimento do preceito legal supra referido, os vereadores Helena Martiniano e Humberto Varela não participaram na votação desta ata.-----



MUNICÍPIO DE MONCHIQUE  
CÂMARA MUNICIPAL

*Jose A. Andrez*

**1.2. Resumo diário de tesouraria.** -----

A vereadora Arminda Andrez deu conhecimento ao plenário do Resumo Diário da Tesouraria n.º 164/2019, de 02 SET, que evidenciava os saldos de 626.142,46EUR em Operações orçamentais e 202.234,88EUR em Operações não orçamentais [anexo XVII/04]. -----

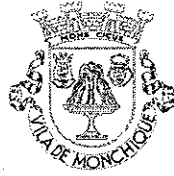
A vereadora Arminda Andrez disse que o valor das operações orçamentais, consideravelmente superior ao usual, na sua maior parte, é o dinheiro já recebido do Fundo Ambiental, para a limpeza das linhas de água, a que o município se candidatou e cujo concurso se prepara para lançar. -----

A Câmara TOMOU CONHECIMENTO. -----

**1.3. Expediente geral e informações.** -----

O presidente da Câmara prestou as seguintes informações: -----

**20 AGO. Reunião com o diretor do Departamento de Gestão Patrimonial do Estado.** Esta reunião com aquele dirigente teve origem no desconhecimento que o prédio do tribunal de Monchique é propriedade do Ministério da Justiça. O presidente da Câmara - e certamente a maior parte da população - estava perfeitamente convicto que o edifício era do município. Na altura em que o Tribunal foi encerrado no concelho, o executivo recusou a ajuda solicitada para as mudanças. Em resultado, os militares que vieram fazer tal trabalho, destruíram literalmente as instalações e equipamentos: bancos arrancados do chão, portas partidas e outros. Quando o tribunal retornou, foi o município que suportou a recuperação das instalações. Sucede contudo, que, em 1995, tinha sido feita uma intervenção pelo Ministério da Justiça e, na altura o município propôs que o edifício deixasse de ser sua propriedade, em permuta por essas intervenções, e foi o que aconteceu. Como não foi feito o registo na altura nem jamais, tal facto era desconhecido, tanto assim que os serviços da assembleia municipal começaram a funcionar no local, de boa-fé, e o município cedeu um seu funcionário para coadjuvar o funcionário do Ministério da Justiça. A reunião, que começou com alguma crispação, terminou em ambiente ameno,



MUNICÍPIO DE MONCHIQUE  
CÂMARA MUNICIPAL

com a concordância de resolver a questão de forma prática. O município vai oficiar o Ministério da Justiça, a requerer formalmente a utilização do espaço para, posteriormente equacionar a criação de privacidade nas diversas zonas, porventura com a abertura de uma porta nas traseiras do edifício. Disse ainda que este processo teve início em 1988; o último ofício recebido encontrado, instando o município de Monchique ao registo definitivo da propriedade a favor do Departamento, data de 2006, mas, aparentemente, nada foi feito. Entretanto está-se a coligir diversa correspondência trocada ao longo desse período, relativa ao processo, num *dossier* para entender tudo na íntegra; ----

- **22 AGO. Reunião com o Delegado Regional de Educação.** Esta reunião debruçou-se sobre a descentralização de competências. No caso da Educação, o município de Monchique aceitou recentemente novas competências para além das que já detinha. Alimentação e administração, que eram exercidos parcialmente, passam na íntegra para o município. Esse foi um dos assuntos falados com o Delegado, a hipótese de subdelegar a administração para o Agrupamento de Escolas de Monchique (AEM), mediante uma verba a transferir. O AEM até agora, na prática tem tido a seu cargo apenas a gestão da Escola Manuel do Nascimento. -----

- **25 AGO. VI Corrida de Carrinhos de Rolamentos. Monchique.** A sexta edição da prova organizada pelo Clube Desportivo e Cultural da Nave, decorreu na descida da Portela das Eiras e foi participada por adeptos da modalidade, muitos deles forasteiros. A convite do CDCN, o presidente da Câmara fez a entrega dos prémios que, nesta competição, não deixaram nenhum concorrente de fora; -----

- **18 a 25 AGO. Semana da Juventude.** Decorreu a edição anual deste evento com uma novidade além das realizações usuais: o Festival Vila Palco, de música, performances e ações culturais que se propunha envolver a população, organizado por um grupo de jovens locais, em parceria com o município e o 'Monchiqueiro' - Grupo de Dinamização Cultural, muito bem aceite e com



MUNICÍPIO DE MONCHIQUE  
CÂMARA MUNICIPAL

*José A. A. Martins*

bastante participação. O respetivo relatório será presente oportunamente à câmara. -----

- **01 SET. Conferência da Fundação Kangyur Rinpoche.** A convite dos responsáveis, o presidente da Câmara esteve presente numa conferência da *Kangyur-Rinpoche* - Fundação para a Preservação da Cultura Tibetana, que teve lugar em Lisboa. A fundação, que tem como missão, atividades filantrópicas e a divulgação da cultura espiritual do budismo tibetano, teve como hóspede, SS Sakya Trizin, durante uma semana, no seu Centro de Retiros de Covão de Águia, em Monchique. A visita do dignitário culminou com a conferência em Lisboa; -----

- **02 SET. Apresentação do Aviso relativo ao Programa da Remuneração dos Serviços de Ecossistemas. Arganil.** Aproveitando o ensejo da ida à conferência, em Lisboa, o presidente da Câmara rumou daí a Arganil, onde decorreu a apresentação da primeira fase do Programa da Remuneração dos Serviços de Ecossistemas em espaços rurais, publicada pelo Aviso n.º 13655/2019, no Diário da República. -----

#### **1.4. Intervenções dos membros.** -----

O presidente da Câmara explanou o programa de remuneração dos serviços dos ecossistemas, do Fundo Ambiental, dizendo que está previsto para um espaço temporal bastante alargado e, nesta primeira fase em duas zonas-piloto: o Parque Natural do Tejo Internacional (PNTI) e a Paisagem Protegida da Serra do Açor (PPSA). Esta política de compensação dos serviços dos ecossistemas vai reconhecer os contributos que os espaços rurais fornecem para o bem comum, mas que não são valorizados pelo mercado. Controlo da erosão, sequestro de carbono, regulação do ciclo hidrológico, conservação da biodiversidade, redução dos riscos de incêndio e a melhoria da qualidade da paisagem. Por outras palavras, permite que os particulares possam ser compensados por fazerem uso dos espaços de uma forma que não seja meramente económica. O presidente da Câmara de Monchique interpelou os



MUNICÍPIO DE MONCHIQUE  
CÂMARA MUNICIPAL

governantes presentes, Ministro do Ambiente e Transição Energética, e a Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, lançando o desafio para que o Governo publique um aviso semelhante para a Serra de Monchique, antes das eleições que se aproximam, o que não é expectável. O próprio programa de reordenamento da paisagem das serra de Monchique e Silves teve agora uma paragem para permitir que os técnicos do Ministério fossem deslocados para o programa da remuneração dos ecossistemas, em apreço. Seja como for, com as previsíveis alterações climáticas que se avizinham, a resistência a incêndios e sustentabilidade do território só vai ser possível com a diversificação da paisagem, com a criação de mosaicos que interrompam a continuidade, que devolvam o território ao equilíbrio dos modelos de tempos anteriores às políticas de ordenamento.-----

O vereador José Chaparro atalhou, dizendo que tem experiência de trabalho com uma empresa que está por detrás da criação de muitos dos instrumentos de ordenamento em Portugal. Sem desprimor para outras capacidades técnicas que reconhece existirem no seio daquelas equipas, tudo o que elas elaboram é desenhado em mapas, nos seus gabinetes na capital, sem contacto com quem conhece realmente o território, os residentes. -----

Prosseguiu o presidente da Câmara. Falou do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART). Disse que era esperado que os passes escolares passassem a ser gratuitos, mas os autarcas algarvios rejeitaram esse compromisso e propuseram apenas uma redução. O município de Monchique é um dos prejudicados com esta atitude e não concorda com ela. Não faz sentido que comprar um passe social seja bastante mais vantajoso de que comprar um passe escolar. O passe social é mais barato, serve todo o distrito, em mais de que um meio de transporte, e inclui fins de semana, o que não sucede com o escolar. O município de Monchique já tem encargos consideráveis com os passes escolares e se a alternativa ajudar na poupança como tudo leva a crer, será esse o caminho que seguirá, O executivo vai estudar ainda junto do Governo



MUNICÍPIO DE MONCHIQUE  
CÂMARA MUNICIPAL

*Jose A. Arantes*

uma alternativa, avaliando também, caso a caso, as responsabilidades que tem em mãos, antes de tomar uma decisão;-----

A vereadora Helena Martiniano perguntou se o município vai oferecer os manuais escolares aos estudantes monchiquenses.-----

A vereadora Arminda Andrez respondeu positivamente, dizendo que o assunto já está a ser tratado, e acrescentando que o município tem um encargo de cerca de 52 mil euros, com esse item. -----

A vereadora Helena Martiniano disse que o Governo cede manuais a todos os estudantes do ensino obrigatório. O executivo deveria alternativamente, equacionar a oferta de outros consumíveis: lápis, canetas, cadernos e outros que ainda pesam nos orçamentos familiares dos estudantes. -----

O presidente da Câmara respondeu. Disse que a oferta foi equacionada, contudo, a cedência prevista pelo programa governamental dá azo a que os manuais que transitam de um ano para outro cheguem às mãos dos destinatários com anotações, em mau estado, além de deixarem o cedente sem possibilidade de consulta a referências. O princípio deve ser enaltecido, mas a operacionalização da medida está por afinar. Por isso o município ainda vai oferecer os manuais.-----

O vereador José Manuel Chaparro perguntou quais serão as condições para a permanência do gabinete da Assembleia Municipal no edifício do Tribunal, após o registo da propriedade a favor da Gestão Patrimonial. -----

A vereadora Arminda Andrez disse que, sendo usual a cobrança de alugueres pelas entidades gestoras do Património do Estado, no caso concreto, há que quantificar todos os trabalhos já feitos pelo município e provavelmente, propor a responsabilização do município pela manutenção futura do edifício. O valor da renda terá de ser negociado em função destes fatores; não é expectável que o Ministério da Justiça esteja disposto a investir no edifício do Tribunal de Monchique. -----

O presidente da Câmara falou sobre as candidaturas do município a



MUNICÍPIO DE MONCHIQUE  
CÂMARA MUNICIPAL

estabilizações de emergência, nos contextos do Fundo Ambiental e do Programa de Desenvolvimento Regional (PDR) 2020, nos quais, complementarmente, se enquadram as intervenções para as linhas de água a levar a efeito. As do âmbito do PDR são de desobstrução dos leitos, remoção de detritos e material lenhoso, enquanto que as do Fundo Ambiental prevêm a preservação/plantação de espécies autóctones e intervenções em passagens hidráulicas. Estas últimas foram sugeridas pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e pelo Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), e são supervisionadas por estas duas entidades. Quanto a outra candidatura em conjunto com as juntas de freguesia de Alferce e Monchique, a referência PDR2020-814, as juntas desistiram da sua parte. Não podendo ser revertidas as desistências, procurou-se uma solução de recurso. Na sequência de uma reunião do presidente da Câmara com a gestora do PDR, esta propôs que o município de Monchique reformule e atualize as suas pretensões, esqueça o aviso anterior - que deixou de ter atualidade -, publique um novo aviso, de sua autoria, com valores e teor avalizados pelo ICNF, após a que será publicada uma portaria específica para Monchique. Estes valores serão decerto, mais elevados que os do primeiro aviso e poderão motivar o interesse no concurso público.-----

O vereador Humberto Varela pediu o ponto de situação das seguintes situações: deslizamento de terras da estrada Alferce - São Marcos da Serra; pavimento da estrada entre Fornalha e Caldas de Monchique e as árvores queimadas no incêndio de AGO 2018, à beira das estradas, em risco de cair para a via pública. -----

O vereador José Chaparro disse que não tinha novidades sobre a estrada Alferce - São Marcos da Serra desde a última informação. No respeitante à estrada entre Fornalha e Caldas de Monchique, disse que é aguardado, para breve, um carregamento de massas asfálticas frias, cujo primeiro destino é a referida via. -----





MUNICÍPIO DE MONCHIQUE  
CÂMARA MUNICIPAL

*Jose A. Anatrias*

O presidente da Câmara disse que a questão sobre as árvores secas e queimadas à beira das estradas foi respondida aquando da sua alocução sobre a candidatura ao Fundo Ambiental e as duas outras ao PDR, uma das quais a envolver as juntas de freguesia de Alferce e Monchique, que desistiram. -----

O vereador Humberto Varela retorquiu que o risco é real e tem de ser encarado urgentemente, independentemente do tempo que possa demorar a solução burocrática.-----

Todos estes assuntos foram também debatidos coloquialmente, em intervenções pontuais dos presentes.-----

Terminadas as intervenções, deu-se entrada ao:-----

## **II. PERÍODO DA ORDEM DO DIA;-----**

### **2.1. Isenção de pagamento das despesas associadas à frequência das Férias desportivas. Proposta n.º 55/2019; -----**

O proponente, presidente da Câmara retirou a proposta, na sequência de debate que justifica uma instrução conveniente do processo para posterior submissão.-

A proposta n.º 55/2019 FOI RETIRADA.-----

## **III. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----**

Interveio o cidadão Joaquim da Silva Duarte, residente em Umbria, Alferce. Disse que a empreitada de águas e esgotos em curso na Umbria está sendo conduzida de forma descuidada, sem olhar ao dispêndio que é público. O executivo municipal deveria fazer uma análise técnica dos trabalhos em execução e vigiá-los de perto, porque isso iria contribuir certamente para a poupança de dinheiros públicos. -----

Respondeu o presidente da Câmara. Disse que a obra em apreço está a ser executada de acordo com um caderno de encargos que esteve a concurso numa plataforma, em cumprimento rigoroso do que a legislação estabelece. O empreiteiro tem de executar o que foi contratado, seguindo escrupulosamente o



MUNICÍPIO DE MONCHIQUE  
CÂMARA MUNICIPAL

projeto aprovado. Na eventualidade de haver trabalhos a mais, estes serão liquidados de acordo com as regras das empreitadas que os preveem, sendo até circunstâncias usuais. Em casos de preparação meticulosa das empreitadas como tem sido prática no município de Monchique, não é tão frequente a ocorrência de trabalhos a mais, mas não se pode excluir a hipótese. Se os houver, terão de ser justificados e serão liquidados. Acresce a isto que os técnicos que tiveram formação específica nas matérias em questão, engenharia e hidráulica é que têm de merecer a confiança dos decisores políticos. -----

**Encerramento.**-----

O presidente da Câmara deu por encerrada a reunião pelas doze horas e vinte e sete minutos. Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo presidente da Câmara e por mim, José António Afonso Martins, que a secretariei.-----

O presidente da Câmara,

O secretário,

*José A. A. Martins*